



Newsletter

N.º 11 - Julho 2014

Nota de Abertura

Sumário

- 1 Nota de Abertura
- 2 O Novo Mapa Judiciário
- 5 Jurisprudência Nacional Relevante
- 7 Principais Alterações Legislativas

Caros Clientes e Amigos,

O artigo de fundo desta nossa Newsletter versa sobre a reorganização do funcionamento dos tribunais, mais conhecida como a reforma do mapa judiciário, a qual vai implicar, nomeadamente, a transferência eletrónica de seis milhões de processos, dois milhões dos quais terão ainda de ser transportados fisicamente para outros edifícios.

Estas são estimativas do Ministério da Justiça, que deverá ter a operação concluída até 1 de Setembro, data em que serão formalmente extintos todos os tribunais existentes, nos termos que adiante se sintetizam no citado artigo.

Mas, há que reconhecer que a transferência dos processos é apenas uma das inúmeras dificuldades logísticas associadas àquela que já é considerada a mais importante reforma da Justiça nos últimos cem anos e que cujo verdadeiro impacto, positivo ou negativo, sobretudo nas populações do interior, está ainda longe de poder ser estimado com um mínimo de rigor. O tempo se encarregará de demonstrar o acerto desta reforma.

Em tempo de férias – logo, de previsível diminuição de produção legislativa e jurisprudencial -, em agosto não será publicado o nosso habitual flash informativo intercalar, pelo que voltaremos ao vosso contacto apenas no final desse mês.

A todos, votos de umas merecidas e retemperadoras férias!



O Novo Mapa Judiciário

Envolta em polémica, a Reforma do Mapa Judiciário, aprovada em Conselho de Ministros, entrará em vigor já no próximo dia 1 de setembro de 2014.

O Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março, que procede à regulamentação da Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto ('Lei da Organização do Sistema Judiciário'), e que estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais ('ROFTJ'), assenta, segundo o Governo, em três pilares ou objetivos fundamentais:

I. O alargamento da base territorial das circunscrições judiciais, que passarão a coincidir, em regra, com os distritos administrativos.

O País ficará dividido em 23 Comarcas, a que corresponderão 23 Tribunais Judiciais, com sede em cada uma das capitais de distrito (Açores, Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Lisboa Norte, Lisboa Oeste, Madeira, Portalegre, Porto, Porto Este, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu).

Salienta-se que, dos 311 Tribunais atualmente existentes, 264 serão convertidos em 218 Secções de Instância Central e em 290 Secções de Instância Local.

Nas Secções de Instância Central, serão julgados os processos mais complexos e graves, ou seja, cujo valor da causa seja superior a 50 mil euros, no cível, e cuja medida da pena aplicável aos crimes seja superior a cinco anos, no criminal.

As Secções de Instância Local poderão ser secções de competência genérica, ou desdobrar-se em competência cível e criminal, julgando os casos cujo valor seja inferior a 50 mil euros ou os crimes que tenham penas inferiores a 5 anos.

Um total de 27 Tribunais serão convertidos em 27 Secções de Proximidade, funcionando como extensões dos Tribunais, onde serão realizados serviços judiciais diversos, como a entrega de requerimentos ou a consulta do estado de processos, ou ainda atos judiciais, como a inquirição de testemunhas por videoconferência ou, por decisão do Juiz, audiências de discussão e julgamento. Note-se que 9 Secções de Proximidade terão um regime especial, porquanto deverão realizar julgamentos, preferencialmente por questões de distância em tempo e quilómetros (trata-se das Secções de Ansião, Mértola, Miranda do Douro, Mondim de Basto, Nordeste, Pampilhosa da Serra, Sabugal, São João da Pesqueira e Vimioso).

Por último, um total de 20 Tribunais serão encerrados, por terem um volume processual inferior a 250 processos por ano. Trata-se dos Tribunais de Sever do Vouga, Penela, Portel, Monchique, Fornos de Algodres, Meda, Bombarral, Cadaval, Castelo de Vide, Ferreira do Zêzere, Mação, Sines (Juízo Misto do Trabalho e de Família e Menores), Paredes de Coura, Boticas, Murça, Sabrosa, Mesão Frio, Armamar, Resende e Tabuaço.

II. A instalação de jurisdições especializadas a nível nacional.

A reorganização do sistema judiciário aprovada procura aumentar a especialização judiciária, dotando a maioria

das 23 comarcas criadas com, pelo menos, 5 valências nas diversas matérias especializadas.

Das novas 23 comarcas, 14 comarcas têm oferta especializada a todos os níveis: instância central cível; criminal; instrução criminal; família e menores; trabalho; comércio; execução; instância local cível e instância local criminal.

Salienta-se que, na prática, em vez dos atuais 2 tribunais e 2 juízos de Comércio existentes no âmbito das comarcas piloto, passarão a existir 21 Secções de Competência Especializada desta natureza; em vez dos atuais 8 tribunais de Instrução Criminal, passarão a existir 25 Secções de Competência Especializada desta natureza; em vez dos atuais 9 juízos de Execução, serão instaladas Secções Especializadas desta natureza em 16 comarcas das 23 comarcas agora existentes.

Por outro lado, também aumentará o número de serviços especializados do Ministério Público. Assim, em vez dos atuais 6 Departamentos de Investigação e Ação Penal ('DIAP'), passarão a existir 14, sendo criados novos em Faro, Leiria, Viseu, Santarém, Braga, Madeira, Açores e Lisboa Norte com sede em Loures.

III. A implementação de um novo modelo de gestão concentrada e autónoma das comarcas, indexado a objetivos.

A gestão de cada tribunal judicial de primeira instância

passará a ser garantida por uma estrutura de gestão tripartida, o Conselho de Gestão, composto por um Juiz Presidente, por um Procurador Coordenador e por um Administrador Judiciário, num modelo que desenvolve e aprofunda o regime das comarcas piloto aprovado pela Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto.

Não questionando a idoneidade dos objetivos que presidiram à reforma do mapa judiciário, estamos, no entanto, em crer que o novo desenho das 23 comarcas agora criadas, que implica o encerramento de um total de 20 Tribunais e a conversão de outros 27 em Secções de Proximidade, determinará uma dificuldade acrescida no acesso dos cidadãos à Justiça em Portugal, em particular para os que se encontram em situações de maior vulnerabilidade económica e social.

Paula Cancela

paulacancela@campp.pt



JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

- INSOLVÊNCIA -

[Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 19 de junho de 2014](#)

Processo Especial de Revitalização – Plano de Recuperação – Igualdade – Credor

A circunstância de um dos créditos garantidos ser de valor assaz superior aos demais créditos garantidos e privilegiados, detendo, consequentemente, um maior peso na percentagem necessária para a aprovação do plano, não pode justificar a diferença de tratamento entre credores, de modo a que a esse credor tudo seja concedido - capital integral, pagamento de juros vencidos e vincendos e das despesas efetuadas - e os trabalhadores, titulares dos créditos privilegiados, tenham que prescindir dos juros vencidos e o credor pignoratício do capital e juros. O plano, onde as referidas medidas sejam aprovadas, viola o princípio de igualdade entre credores.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 9 de julho de 2014](#)

Insolvência – Contrato- Promessa de Compra e Venda – Tradição da Coisa – Sinal – Direito de Retenção – Hipoteca

Se à questão de saber se o crédito dos promitentes-compradores sobre a massa insolvente está garantido por direito de retenção, as instâncias responderam de modo concordante – no caso, afirmativamente –, ocorre dupla conforme, impeditiva do recurso de revista, nessa parte. O promitente-comprador que, beneficiando da tradição do imóvel, viu recusado, pelo administrador da insolvência, o cumprimento do contrato-promessa de compra e venda, nos termos do art. 102.º do CIRE, tem um crédito sobre a massa insolvente correspondente ao sinal em dobro, nos termos do art. 442.º, n.º 2, do CC, conforme fundamentado no AUJ n.º 4/2014, de 20-03-2014, publicado no DR I Série, n.º 95, de 19-05-2014. A norma do art. 759.º, n.º 2, do CC, quando interpretada no sentido de que o direito de retenção prevalece sobre a hipoteca anteriormente constituída e registada, não padece de inconstitucionalidade material (cf. arts. 2.º, 13.º, 18.º, n.º 2, 20.º, n.º 1, e 165.º, al. b), da CRP). É o que sucede na situação em que, por contrato promessa de compra e venda, com possibilidade de recurso à execução específica prevista no art. 830 do CC, registado em 09.12.2011 na Conservatória do Registo Predial, a insolvente prometeu vender imóvel livre de ónus ou encargos, tendo recebido uma quantia correspondente ao sinal após a entrega das



chaves do respetivo imóvel e, posteriormente, os promitentes-compradores tomam conhecimento da situação de insolvência dos promitentes-vendedores, declarada em 16.12.2011.

[Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 10 de julho de 2014](#)

Impugnação Pauliana – Administrador da Insolvência – Legitimidade Ativa

O administrador da insolvência não tem legitimidade para propor uma ação de impugnação pauliana. A decisão que declara a massa insolvente ilegítima para a propositura da ação de impugnação pauliana não viola o art. 20º da CRP que consagra o direito de acesso aos tribunais e o direito de defesa dos interesses e direitos.

- CIVIL -

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 26 de junho de 2014](#)

Mutuo Bancário – Boa Fé

Age em abuso do direito, por violação manifestamente excessiva do princípio da boa fé, o banco que, num mútuo para habitação, garantido com seguro de vida do mutuário a seu favor, hipoteca,

fiança com a cláusula de “principais pagadores” e seguro do imóvel, sendo informado da morte do devedor, move execução ao mesmo mutuário – com habilitação posterior dos herdeiros – e aos fiadores, invocando falta de pagamento das prestações, sem se dirigir primeiro àquela seguradora.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 1 de julho de 2014](#)

**Perda de Chance –
Responsabilidade Civil
Extracontratual – Mandato
Forense – Ação Não
Contestada**

A figura da “perda de chance” visa superar a tradicional dicotomia: responsabilidade contratual *versus* responsabilidade extracontratual ou delitual, *summa divisio* posta em causa num tempo em que cada vez mais se acentua que a responsabilidade civil deve ter uma função sancionatória e tuteladora das expectativas e esperanças dos cidadãos na sua vida de relação, que se deve pautar por padrões de moralidade e eticidade, como advogam os defensores da denominada terceira via da responsabilidade civil. A *perda de chance* relaciona-se com a circunstância de alguém ser afetado num seu direito de conseguir uma vantagem futura, ou de impedir um dano por facto de terceiro. A dificuldade em considerar a

autonomia da figura da *perda de chance* no direito português, resulta do facto de ser ligada aos requisitos da responsabilidade civil extracontratual – art. 483º, nº1, do Código Civil – mormente ao nexo de causalidade.

Com efeito, um dos requisitos da obrigação de indemnizar, no contexto da responsabilidade civil *ex contractu*, ou *ex delictu*, é que exista nexo de causalidade entre a conduta do responsável e os danos sofridos pelo lesado por essa atuação culposa. Para que se considere autónoma a figura de “*perda de chance*” como um valor que não pode ser negado ao titular e que está contido no seu património, importa apreciar a conduta do lesante não a ligando ferreamente ao nexo de causalidade – sem que tal afirmação valha como desconsideração absoluta desse requisito da responsabilidade civil – mas, antes, introduzir, como requisito caracterizador dessa autonomia, que se possa afirmar que o lesado tinha uma *chance* (uma probabilidade, séria, real, de não fora a atuação que lesou essa *chance*), de obter uma vantagem que probabilisticamente era razoável supor que almejasse e/ou que a atuação omitida, se o não tivesse sido, poderia ter minorado a chance de ter tido um resultado não tão danoso como o que ocorreu. Há perda de chance quando



se perde um proveito futuro, ou se não se evita uma desvantagem por causa imputável a terceiro. Não devem assimilar-se os planos do dano e da causalidade, com implicação na perspetiva de excluir como dano autónomo a *perda de chance*, nem esta figura deve ser aplicada, subsidiariamente, quando se não provou a existência de nexo de causalidade adequada entre a conduta lesiva por ação ou omissão e o dano sofrido, já que existe sempre uma álea, seja quando se divisa uma vantagem que se quer alcançar, ou um risco de não

conseguir o resultado desejado. No caso de perda de chance não se visa indemnizar a perda do resultado querido, mas antes a da oportunidade perdida, como um direito em si mesmo violado por uma conduta que pode ser omissiva ou comissiva; não se trata de indemnizar lucros cessantes ao abrigo da teoria da diferença, não se atendendo à vantagem final esperada. Assente que a Ré, como defensora oficiosa, apresentou a contestação em nome do Réu, fora do prazo legal. Essa omissão teve como consequência, desde logo, o terem-se por fictamente confessados os factos alegado pelo Autor, não implicando automaticamente a condenação no pedido. Importa saber se, revelando em si mesmo a não apresentação da contestação, *perda de chance* do Réu fazer valer em juízo a sua versão dos factos, essa omissão da Ré, profissionalmente desvaliosa, contendeu com um sério, real e muito provável desfecho favorável da ação para o Autor. O Autor/recorrente foi condenado por sentença transitada em julgado por ter provocado um acidente de viação enquanto condutor sob a influência de álcool. Tudo ponderado, mormente a presunção do art. 674º-A do Código de Processo Civil, teremos que afirmar que, com contestação ou não, na ação de regresso, as probabilidades,

as *chances* do Réu (ora Autor/recorrente) não ser condenado, não se anteviam providas de razoável grau de êxito, no sentido em que, ante a prova que pudesse oferecer não teria *reais probabilidades* de ser absolvido; ademais, fora condenado por duas sentenças transitadas em julgado no que respeita à sua grave conduta causadora de um acidente de viação causalmente ligado ao facto criminoso de conduzir sob a influência do álcool. A sua “chance” de não ser condenado era mínima, não credível e, por isso, não se pode afirmar que a conduta omissiva e censurável da Ré Advogada tenha sido a causa direta, imediata de não ter sido absolvido na ação de regresso, implicando perda dessa chance.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 9 de julho de 2014](#)

Escritura Pública – Documento Autêntico – Força Probatória Plena – Ónus De Alegação

No documento autêntico, o documentador garante, pela fé pública de que está revestido, que os factos, que documenta, se passaram; mas não garante, nem pode garantir, que tais factos correspondem à verdade. A escritura pública de compra e venda não faz prova plena do pagamento do preço ao vendedor. Porém, a declaração do vendedor

perante o notário de já ter recebido o preço, tem este valor, porquanto implica o reconhecimento de um facto que lhe é desfavorável, e que o art. 352.º do CC qualifica de confissão. Trata-se de uma confissão extrajudicial, em documento autêntico, feita à parte contrária, admissível pela sua própria essência, que goza de força probatória plena contra o confitente (faz prova plena de que, nesse ato, o vendedor declarou já ter recebido o preço) – cf. arts. 355.º, n.ºs 1 e 4, e 358.º, n.º 2, do CC. Se o vendedor alega que não recebeu o preço, impunha-se-lhe alegar a falsidade do aludido documento autêntico ou fazer prova da falta ou vícios da vontade que inquinaram a declaração constante desse documento. Fora destes casos, só quando existir um princípio de prova escrita suficientemente verosímil, fica aberta a possibilidade de complementar, mediante testemunhas, a prova do facto contrário ao constante da declaração confessória, ou seja, de demonstrar não ser verdadeira a afirmação consciente e voluntariamente produzida mediante o documentador. Diversa é a situação de existirem nos autos outros elementos de facto que obstem à atribuição de

natureza confessória à afirmação do montante do preço e do seu recebimento.

- LABORAL -

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 9 de julho de 2014](#)

Declaração – Despedimento de Facto

O despedimento de facto terá de extrair-se de atitudes do empregador que revelem, inequivocamente, ao trabalhador, enquanto declaratório normal, colocado na posição do real declaratório, a vontade do empregador de fazer cessar o contrato de trabalho. A *normalidade* do declaratório que a lei toma como padrão, exprime-se não só na capacidade para entender o conteúdo da declaração, mas também na *diligência* para recolher todos os elementos que, coadjuvando a declaração, auxiliem a descoberta da vontade real do declarante. Se na pendência do contrato de trabalho outorgado, a R. Empregadora: (i) deixa de atribuir quaisquer funções ou cargos ao trabalhador; (ii) não renova o aluguer da viatura e cancela o telemóvel, que, no âmbito do mesmo contrato, lhe havia atribuído; (iii) cancela os seguros de saúde, contrariando o acordado no sentido de que tal cancelamento só ocorreria no caso de denúncia do contrato pelo trabalhador ou de despedimento com justa

causa pela Empregadora; (iv) retira-lhe todas as parcelas da retribuição que auferia, tais atitudes revelam, com o grau de inequivocidade decorrente de um «*critério prático inspirado nos usos da vida e naquele grau de probabilidade que basta na prática para as pessoas sensatas tomarem as suas decisões*», um **despedimento de facto**.

[Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 9 de julho de 2014](#)

Contrato de Trabalho – Danos Não Patrimoniais

O estatuto de reformado alcançado por um trabalhador ao serviço de uma empresa não constitui, por si só, circunstância impeditiva da celebração de um contrato de trabalho com empresa distinta, podendo essa contratação ser estabelecida a termo ou por tempo indeterminado. A nova entidade patronal não pode prevalecer-se do conhecimento posterior à contratação da situação de reformado do trabalhador, preexistente à sua admissão, para invocar a caducidade do contrato, fazendo apelo ao disposto nos arts. 343, c) e 348, nº 1 do CT/09. O trabalhador que foi objeto de despedimento ilícito, só tem direito a indemnização por danos não patrimoniais, se alegar e provar os danos concretos que essa situação lhe provocou, sua dimensão, duração e gravidade que assumiram.



PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

- FISCAL -

Portaria n.º 149/2014, de 24 de julho de 2014

Procede à regulamentação do Decreto-Lei n.º 21/2013, de 15 de fevereiro, relativo ao regime de utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades nas áreas aduaneiras, dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos e revoga a Portaria n.º 767/2007, de 9 de julho.

- LABORAL -

Portaria n.º 149-B/2014, de 24 de julho de 2014

Segunda alteração à Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, que cria a medida Estágios Emprego.

Portaria n.º 150/2014, 30 de julho de 2014

Cria a medida Emprego Jovem Ativo, que consiste no desenvolvimento de uma experiência prática em contexto de trabalho por jovens em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho conjuntamente com jovens mais qualificados.

Portaria n.º 151/2014, de 30 de julho de 2014

Cria o Programa Investe Jovem,

destinado a promover a criação de novas empresas por jovens desempregados, através do apoio à criação do próprio emprego e micronegócios, e regulamenta os apoios a conceder no seu âmbito.

- CONSUMO -

Lei n.º 47/2014, de 28 de julho de 2014

Procede à quarta alteração à Lei n.º 24/96, de 31 de julho, que estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de fevereiro, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2011/83/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011.

PRINCIPAIS AUTORIZAÇÕES LEGISLATIVAS

- CONTRAORDENACIONAL -

Lei n.º 45/2014, de 16 de julho de 2014

Autoriza o Governo a introduzir disposições de natureza especial em matéria de regime das contraordenações, no contexto da criação de um regime excecional e extraordinário de regularização a aplicar aos estabelecimentos industriais, explorações pecuárias,



explorações de pedreiras e explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública, e a consagrar normas especiais em matéria da aplicação de medidas de tutela da legalidade administrativa.

- FINANCEIRO -

Lei n.º 46/2014, de 28 de Julho de 2014

Autoriza o Governo, no âmbito da transposição da Diretiva n.º 2013/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, a proceder à alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, às Leis n.os 25/2008, de 5 de junho, e 28/2009, de 19 de junho, e aos Decretos-Leis n.os 260/94, de 22 de outubro, 72/95, de 15 de abril, 171/95, de 18 de julho, 211/98, de 16 de julho, 357-B/2007 e 357-C/2007, de 31 de outubro, 317/2009, de 30 de outubro, e 40/2014, de 18 de março.

CAMMP & Associados - Sociedade de Advogados, RL | www.cammp.pt
Avenida da República, n.º 24 - 9º, Lisboa
Tel.: +351213170830 | Fax: +351213144877
advogados@cammp.pt

A Newsletter da CAMMP tem uma finalidade exclusivamente informativa, e não constitui uma forma de publicidade. A informação disponibilizada e os artigos aqui publicados não substituem, em caso algum, o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, não assumindo a CAMMP qualquer responsabilidade por danos que possam decorrer da utilização da informação aqui constante. O acesso ao conteúdo desta Newsletter não consubstancia a constituição de qualquer tipo de vínculo ou relação entre advogado e cliente ou a constituição de qualquer tipo de relação jurídica. A presente Newsletter é gratuita e a sua distribuição é de carácter reservado, encontrando-se vedada a sua reprodução ou circulação não expressamente autorizadas pela CAMMP.